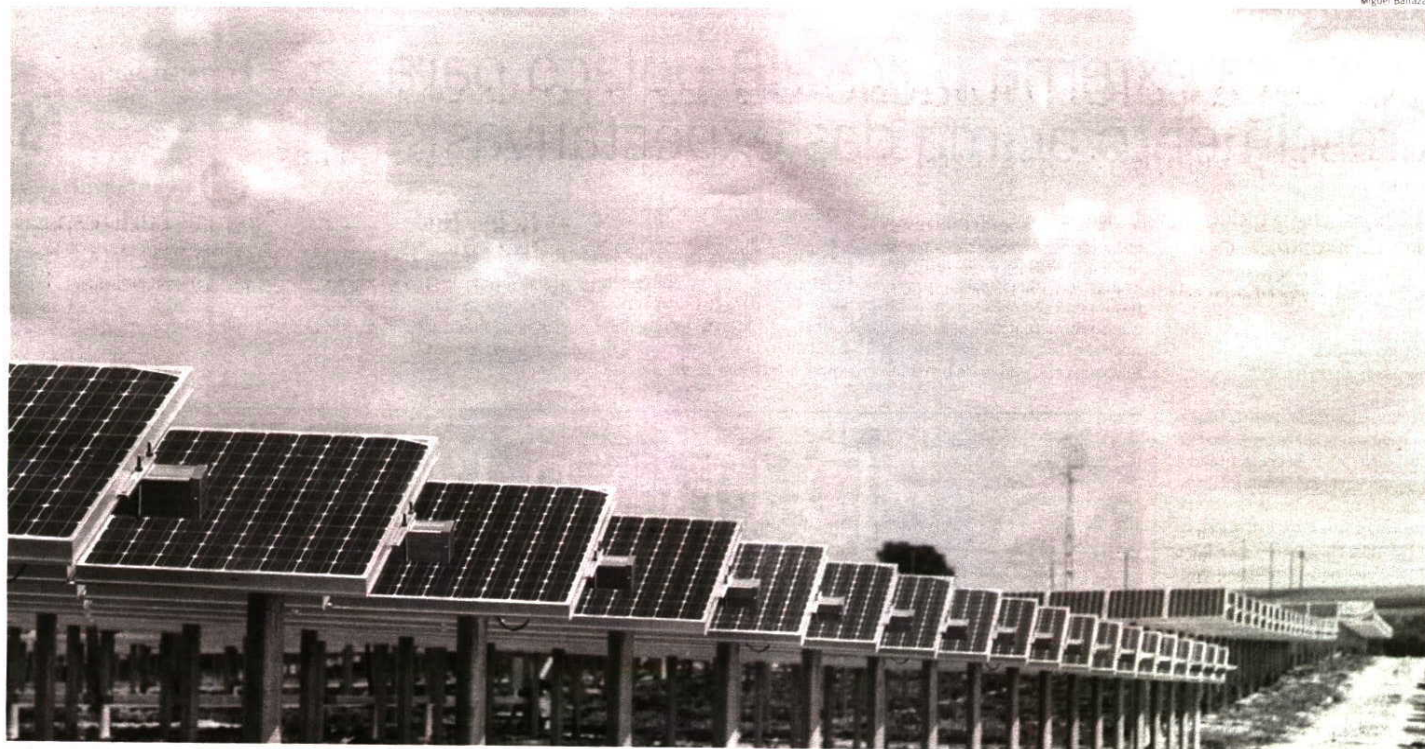




Miguel Baltazar



**Mais sol à vista** | O Governo projecta para 2020 uma potência fotovoltaica de 1.000 megawatts em Portugal, cerca de dez vezes mais do que a existente actualmente.

ENERGIA

# Centrais fotovoltaicas já produziram mais que em todo o ano passado

A produção de electricidade a partir do Sol, em Portugal, está em alta, mas o ganho ambiental vem acompanhado de um sobrecusto de dezenas de milhões de euros

**MIGUEL PRADO**  
miguelprado@negocios.pt

A produção de energia solar fotovoltaica em Portugal está em alta e já ultrapassou, na primeira semana deste mês, o volume produzido em todo o ano passado, de acordo com dados da REN - Redes Energéticas Nacionais. No feriado de 5 de Outubro, a produção fotovoltaica acumulada desde o início do ano atingiu 139,3 gigawatt-hora (GWh), superando os 139 GWh que a REN registava no final de Dezembro de 2009.

Em comparação com o mesmo período do ano passado, as centrais fotovoltaicas portuguesas levam um crescimento de 23%. O que é justificado pelo aumento da potência instalada, de 64 megawatts (MW) em Setembro de 2009 para 81 MW agora. Mas a energia fotovoltaica tem ainda um peso residual no sistema eléctrico nacional: este ano responde por 0,35% do consumo nacional. Em 2009, a energia fotovoltaica abastecia 0,28% do consumo eléctrico em Portugal.

Mesmo assim, a energia fotovoltaica tem um impacto signifi-

cativo nos custos de aquisição da electricidade que é distribuída aos consumidores finais. O megawatt-hora (MWh) fotovoltaico tem uma tarifa de referência, segundo dados do Governo, de 310 euros. A esse preço, a produção acumulada este ano já terá gerado uma facturação de 43,2 milhões de euros aos produtores fotovoltaicos.

Mas o preço médio das transacções grossistas de electricidade do Omel (operador do segmento à vista do Mercado Ibérico de Electricidade) ronda, este ano, os 35 euros por MWh. Daí terá resultado nos primeiros nove meses de 2010, segundo os cálculos feitos pelo **Negócios**, um sobrecusto da produção fotovoltaica portuguesa na casa dos 38 milhões de euros. Este diferencial tarifário já está, em parte, a ser repercutido nas tarifas eléctricas pagas pelos portugueses este ano. Eventuais acertos face às estimativas com que o regulador da energia projectou as tarifas de 2010 terão impacto na conta da luz de 2011.

As últimas estatísticas da Direcção-geral de Energia e Geologia (DGEG), relativas a Julho, indicam que estão já licenciados em

Portugal 125 MW de potência fotovoltaica (número que difere do da REN, porque a DGEG agrega também as licenças aos microprodutores). A título de comparação, a potência licenciada para parques eólicos já ascende a 4.423 MW.

A perspectiva assumida pelo Governo no Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER) prevê para 2020 uma potência fotovoltaica de 1.000 MW, gerando 1.475 GWh de electricidade (dez vezes mais que em 2009). Mas a Apren, associação das renováveis, acredita existir potencial para chegar aos 2.000 MW fotovoltaicos no espaço de dez anos. As estimativas da Apren apontam para que a energia solar, nas tecnologias fotovoltaica e de concentração, represente em 2020 quase 9% da produção eléctrica nacional.

Este ano, as centrais fotovoltaicas ainda deverão injectar mais energia limpa na rede, mas a um ritmo inferior aos dos últimos meses. Em 2009, por exemplo, a taxa de utilização da potência fotovoltaica foi de 29% em Setembro e desceu nos meses seguintes, caindo para 11% em Dezembro.

**A energia solar fotovoltaica vale menos de 1% da produção eléctrica, mas a sua tarifa é quase dez vezes maior que o preço de mercado da electricidade.**

## Novas regras para a microprodução estão em Belém

As regras para a microprodução de energia, que permitirá a cada lar gerar a sua própria electricidade e vender o excedente à rede, vão mudar em breve. O projecto do Governo para o novo regime jurídico da microprodução já foi concluído e enviado para Belém, estando agora apenas à espera de ser promulgado pelo Presidente da República, soube o **Negócios**. Em causa estarão mudanças no sistema de registo dos novos microprodutores que vão corrigir os problemas detectados no programa Renováveis na Hora, entre os quais a concentração de registos num pequeno número de empresas. O novo regime também deverá modificar o esquema de remuneração da microprodução, prevendo um corte na tarifa hoje praticada, mas alargando o período de vigência da mesma, resultando num "payback" mais longo.